



AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

LOW-INCOME FAMILIES: THE CHALLENGES OF BRAZILIAN DEVELOPMENT

LAS FAMILIAS DE BAJOS INGRESOS: LOS DESAFÍOS DEL DESARROLLO BRASILEIRO

Leonardo H. Cardoso de Andrade¹

Hélio Braga Filho²

Helen Barbosa Raiz³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro, tendo como ponto de partida o objetivo de examinar o tema relacionado à renda do trabalho e as necessidades básicas das famílias de baixa renda no Brasil. Foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica acrescido de uma pesquisa quantitativa baseada no emprego de indicadores econômicos e sociais pertinentes ao mercado de trabalho, à renda e aos gastos das famílias, utilizando dados de fontes oficiais. De onde observamos que, não bastasse a alta taxa de desemprego ainda prevalecente no país, a política trabalhista de salário, somada política econômica e à estrutura produtiva concentrada em atividades de baixa e de média tecnologia, tem perpetuado apreciável grau de dificuldade para que as famílias de baixa renda possam satisfazerem suas necessidades básicas e, assim, chegar ao fim do mês com alguma sobra financeira para investirem na melhoria de suas vidas.

Palavras-chave: trabalho; renda; necessidades básicas; políticas públicas; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This paper shows a reflection about the challenges of Brazilian development, having as a starting point the aim to examine the topic related to income from work and basic necessities from low-income families from Brazil. Was elaborated with a bibliography plus a quantitative research based in economic and social indicators about labor market, income and expenses of the families, using data from official fonts. From where we could observe that, not enough the unemployment still prevailing in the country, the labor policy of salary added the economic

¹Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade Estadual Paulista – UNESP; Bolsista CAPES-DS. Franca. São Paulo. Brasil. E-mail: prof_leoandrade@yahoo.com. ORCID: 0000-0002-9626-1031.

²Doutor em Serviço Social. Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Franca. São Paulo. Brasil. E-mail: hgp@com4.com.br. ORCID: 0000-0001-8080-5658.

³Pós-doutora e Livre Docente em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Franca. São Paulo. Brasil. E-mail: helenraiz@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-4114-7909.

policy and the concentrated productive structure in low and mid technology, has perpetuated appreciable difficulty level to the families of low-income to satisfy the basic necessities and, somehow, arrive to the end of month with some financial surplus to improve their own lives.

Keywords: work; income; basic necessities; public policy; regional development.

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión sobre los desafíos del desarrollo brasileño, tomando como punto de partida el objetivo de examinar el tema relacionado con los ingresos del trabajo y las necesidades básicas de las familias de bajos ingresos en Brasil. Se elaboró a partir de una investigación bibliográfica más una investigación cuantitativa basada en el empleo de indicadores económicos y sociales relevantes para el mercado laboral, ingresos y gastos familiares, utilizando datos de fuentes oficiales. De donde observamos que, si la alta tasa de desempleo que aún prevalece en el país no fuera suficiente, la política laboral salarial, sumada a la política económica y la estructura productiva concentrada en actividades de baja y media tecnología, ha perpetuado un apreciable grado de dificultad para las familias de bajos ingresos pueden satisfacer sus necesidades básicas y, así, llegar a fin de mes con algún excedente financiero para invertir en mejorar sus vidas.

Palavras chave: trabalho. ingresos; necesidades básicas; política pública; desarrollo regional.

Como citar este artigo: ANDRADE, Leonardo H. Cardoso; BRAGA FILHO, Hélio; RAIZ, Helen Barbosa. As famílias de baixa renda: desafios do desenvolvimento brasileiro. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 358-376, 31 out. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.3364>.

Artigo recebido em: 24/11/2020

Artigo aprovado em: 15/08/2023

Artigo publicado em: 31/10/2023

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas a renda exerce um papel fundamental, tanto na vida dos indivíduos, como no desenvolvimento da nação, pois, em certa medida, a disponibilidade de renda das famílias/indivíduos dinamiza a movimentação da economia. Isto é, quanto mais renda disponível para uma família, maiores são as possibilidades de consumo, que por sua vez, poderão contar até mesmo com a destinação de certa parte da renda para poupança e/ou investimentos. Esta situação singular, por sua vez, contribui com o todo da nação, pois, movimenta o mercado de produtos e serviços, possibilitando, dentre outras coisas, o desenvolvimento de postos de trabalho especializados, de produtos com maior valor agregado e, até mesmo um maior número de postos de trabalho. Contudo, tais possibilidades e dependem das ações, notadamente das políticas públicas, dos investimentos e do nível de atividade econômica.

Partindo destas premissas, o objetivo deste artigo é refletir sobre dois aspectos da economia brasileira, quais sejam: a) desafios econômicos e sociais das famílias de baixa renda;

b) impacto da desigualdade socioeconômica no processo de desenvolvimento do país. Desta maneira, elegemos o problema das famílias de baixa renda, referente ao salário e a satisfação das necessidades básicas, para refletir no contexto do desenvolvimento brasileiro. Diante disto, o que nos interessa investigar é se as famílias brasileiras portadoras de renda baixa conseguem suprir as suas necessidades vitais básicas e, contribuir de maneira efetiva para o processo de desenvolvimento autonomamente.

A fundamentação teórica da pesquisa contou com a contribuição de Fioravante (1978), que examinou o Processo de Produção ou Processo de Trabalho abrangendo a divisão social e técnica do trabalho, os fatores da base econômica pertinentes ao Modo de Produção Capitalista (MPC). A relação trabalho e necessidades humanas apoiou-se em texto elaborado por Andery (1999). Ainda que sem o devido aprofundamento, destacamos as contribuições de Marx (1997) e Heilbroner (1988), notadamente aquela relacionada ao trabalho e salário. Não menos importante, o trabalho doutoral de Meressi (2016), ofereceu-nos subsídios sobre a relação entre necessidades básicas e salário mínimo no Brasil. Do mesmo modo, este mesmo autor investigou a ocupação da força de trabalho na indústria de transformação e nos serviços e sua respectiva remuneração, bem como, comparou o rendimento médio nominal dos trabalhadores ocupados naqueles grandes setores de acordo com a intensidade tecnológica.

Em relação ao conceito de Desenvolvimento, elegemos o proposto por Amartya Sen (2000), que pontua sobre a eliminação de todas as fontes de privação de liberdade, tendo como ponto central do processo de desenvolvimento, o agente social, isto é, o indivíduo, e sua capacidade de realizar a vida, segundo aquilo que ele próprio valoriza em sua singularidade. Neste conceito, Sen (2000, p.18) considera que “o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”.

Para Sen (2000), estes aspectos da condição de agente das pessoas são importantes pelo fato de habilitarem sua ampla participação na sociedade, contribuindo para seu desenvolvimento. Dentre estes fatores, Sen (2000) considera a renda com fundamental para habilitar tais condições, pois dá oportunidades para que as pessoas possam galgarem melhores níveis educacionais, terem boas condições de saúde e nutrição, participarem com maior eficácia na vida política, assim como na vida econômica da sociedade. Portanto, é um conceito que vai para além do crescimento econômico simples e puro medido pelo crescimento da produção interna do país, sem considerar a distribuição da riqueza, assim como sem considerar as ineficiências que as desigualdades socioeconômicas podem engendrar, até mesmo, na economia.

Partindo destas bases, realizamos reflexões sobre a história do desenvolvimento brasileiro, visando compreender as interconexões destas questões, para avaliar as políticas públicas de SM em sua relação com SMN e, como os diferentes governos trataram este tema em suas respectivas orientações de política econômica, juntamente com o resultado que obtiveram em seus mandatos.

2 METODOLOGIA

Para realizar este trabalho, foi realizada uma pesquisa teórica-bibliográfica em conjunto com uma pesquisa empírica utilizando dados socioeconômicos e demográficos extraídos de fontes oficiais. A terceira seção do artigo ocupou-se de examinar na perspectiva teórica o problema relacionado ao trabalho e às necessidades humanas. Em sequência, na quarta seção procuramos através de indicadores econômicos e sociais retratar alguns aspectos do mercado de trabalho brasileiro, tais como o rendimento dos trabalhadores, a evolução do Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE. Ainda nesta seção examinamos através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) a distribuição das despesas familiares mensais de duas classes de rendimento.

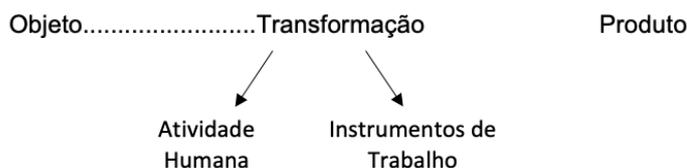
Na etapa da pesquisa quantitativa foram empregados dados estatísticos relacionados ao mercado de trabalho obtidos através da base do Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS/TEM), como também, informações pertinentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Para examinar as necessidades humanas, sobretudo as necessidades básicas, adotamos, ainda que com aproximadamente nove anos de defasagem, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) como fonte oficial de consulta, tendo em vista, que a mesma examina a distribuição das despesas monetárias mensais das famílias, segundo variado grupo de despesas por classes de rendimento médio mensal nominal familiar. No entanto, neste estudo, a título de ilustração, examinamos apenas os gastos mensais de um grupo seletivo de despesas das famílias pertencentes a duas classes de rendimento médio mensal nominal, a saber: no limite inferior, famílias com rendimento de até R\$ 830,00 mensais e no limite superior com mais de R\$ 10.375,00 mensais.

Como parâmetro utilizamos o cálculo do Salário Mínimo Necessário (SMN) realizado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). Nesta apuração o DIEESE considera que este valor deve ser capaz de satisfazer minimamente as necessidades de uma família constituída por dois adultos e duas crianças, cobrindo despesas com alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Cabe destacar que, o DIEESE realiza este cálculo mensalmente considerando os preços correntes de mercado, isto é, acompanhando a flutuação dos preços.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: TRABALHO, RENDA E CONDIÇÃO DE AGENTE SOCIAL

Diferente dos demais animais, o ser humano caracteriza-se por possuir capacidade intelectual reflexiva que o habilita a modificar os meios de satisfação de suas necessidades. Tendo como base essa capacidade, seu desenvolvimento filogenético – história da espécie humana – engendrou, além, das necessidades puramente biológicas, as necessidades sociais. Isto é, como observado por Marx (2011), ao modificar a natureza pelo processo de trabalho, o ser humano modifica a si mesmo, criando necessidades cada vez mais complexas. O atendimento destas necessidades, por sua vez, nas sociedades modernas se dá através do processo de produção ou, de trabalho.

Figura 1 – Esquema representativo da atividade de Produção



Fonte: Fioravante (1978)

De acordo com o esquema, o objeto – a natureza – é transformado em produto através da atividade humana – trabalho – combinado com o emprego dos instrumentos de trabalho. Ademais, o processo de produção engloba três elementos essenciais, quais sejam “[...] a força de trabalho, a matéria bruta ou prima e os meios de produção” (FIORAVANTE, 1978, p. 37).

Acrescenta-se ainda que o processo de produção comanda uma divisão do trabalho social e uma divisão técnica do trabalho. Enquanto a primeira relaciona-se aos diferentes ramos ou setores da produção – agricultura, indústria, comércio, serviços, e outros –, a segunda corresponde às diferentes ocupações/especializações requeridas pela divisão social do trabalho, tais como, operadores de máquina, soldadores, torneiros mecânicos, balconistas, supervisores de produção, engenheiros de produção entre tantas outras.

O processo de produção não é estático, ao contrário, é dinâmico, tendo em vista que se modifica de acordo com o momento histórico.

[...], quando a sociedade passa do artesanato à manufatura a divisão do trabalho se acentua, pois no artesanato cada produtor produzia o mesmo produto realizando toda a mesma série de operações, na manufatura cada produtor realiza uma parte do trabalho uma diferente das outras, de forma a se obter entre todas o produto (FIORAVANTE, 1978, p. 39).

De fato, na literatura econômica o clássico exemplo descrito por Adam Smith da fábrica de alfinetes nos oferece uma descrição de como a divisão do trabalho baseada na especialização culminaria com o aumento de produção e da produtividade. Entretanto, não seria enfadonho assinalar, que ao longo de diferentes períodos históricos, mudanças significativas ocorreram no processo de produção, as quais, correspondem a diferentes estágios de desenvolvimento e de complexidade da sociedade.

“Quando se passa à produção capitalista a divisão do trabalho faz-se ainda mais complexa, pois aparece a máquina como um novo e fundamental instrumento de produção” (FIORAVANTE, 1978, p. 39).

Convém assinalar, que a divisão do trabalho tornou-se mais complexa, não somente em virtude da introdução da máquina no processo de produção capitalista, mas também, porque novos ramos da atividade industrial surgiram para atender a demanda intermediária da própria indústria de transformação, resultante dos efeitos de encadeamento por ela desencadeados.

O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras. [...]. Assim, a mecanização da fiação tornou necessária a mecanização da tecelagem e ambas tornaram necessária a revolução mecânica e

química no branqueamento, na estampagem e na tinturaria. [...], a revolução na fiação de algodão suscitou a invenção do gin para separar a fibra do algodão da semente, [...] (MARX, 1977, p. 18).

Assim, o surgimento de novos ramos da produção industrial, promoveu simultaneamente, mudanças significativas na divisão social e técnica do trabalho, alterando, por conseguinte, a própria estrutura da indústria de transformação. Desta forma, desenvolvem-se no âmbito da indústria de transformação, os segmentos produtores de bens de consumo, bens de capital e o de bens intermediários. Em respeito ao processo de produção, outro aspecto importante está relacionado aos fatores da base econômica pertinentes ao Modo de Produção Capitalista (MPC), quais sejam:

- a) O trabalhador, que é o produtor direto ou força de trabalho;
- b) Os meios de produção: objeto e meios de trabalho;
- c) O não trabalhador, que não intervém na produção direta e que se apropria do produto, isto é, do sobretrabalho (FIORAVANTE, 1978, p. 41).

É oportuno salientar, que nas sociedades em que a economia é baseada no sistema econômico capitalista, entre suas principais categorias, destacam-se: a propriedade privada dos meios de produção, a concorrência, o sistema de preços, a regulação do mercado por meio de oferta e demanda e a acumulação capitalista. Assim, neste mesmo sistema econômico identificamos duas classes sociais distintas: os capitalistas proprietários dos meios de produção – aqueles que detêm a propriedade e o controle de objetos e dos meios de trabalho – e os trabalhadores, isto é, os produtores diretos ou força de trabalho.

No processo de produção o ser humano estabelece relações com o meio natural, transformando desta maneira a paisagem natural em artificial, além do que, estabelece relações com outros seres humanos – relações sociais, técnicas, jurídicas, políticas e econômicas, as quais por sua vez, transforma o próprio ser humano.

E no processo de busca de satisfação de suas necessidades materiais que o homem trabalha, transformando a natureza, produzindo conhecimento e criando-se a si mesmo. Essas necessidades que também se transformam, se alteram, se substituem no processo histórico, não são necessidades prontas e acabadas. Se o homem se transforma e transforma a natureza, mudam, nesse processo, também suas necessidades materiais (ANDERY; SÉRIO, 1999, p. 407).

O conhecimento adquirido pelo ser humano nesse processo de produção material de sua existência, ao longo do tempo, ao mesmo tempo que se modifica, cria também novas necessidades. Assim, para atender estas mesmas necessidades o ser humano promove mudanças no processo de produção. “O que diferencia as épocas econômicas umas das outras não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz” (FIORAVANTE, 1978, p. 38). De fato, se compararmos o processo e os instrumentos de trabalho utilizados nos primórdios da indústria de automóveis, com os que são atualmente empregados, constatamos uma mudança radical, mesmo porque, já faz algum tempo que este mesmo ramo da indústria de transformação vem empregando robôs em determinadas etapas do processo de fabricação de automóveis. Assim, à medida que novos bens e serviços são criados com o propósito de atender novas e mais sofisticadas necessidades, os instrumentos de trabalho, bem como o processo de produção, também se modificam, alterando, por conseguinte, a divisão social e técnica do trabalho. Basta verificar que a interação da mecânica com a eletrônica, proporcionou o surgimento da mecatrônica.

Desta forma, novos segmentos da atividade de produção emergem, crescem e se desenvolvem, como ainda, em certos casos, acabam até eliminando produtos e setores de produção mais antigos. Estes novos segmentos da atividade de produção, resultado do conhecimento adquirido e acumulado pelo ser humano e da sua capacidade de inovação, alteram a própria estrutura de produção, como também demandam novas especializações/qualificações da força de trabalho.

É importante assinalar em respeito às necessidades humanas, que o suprimento das mesmas – numa economia de mercado e monetizada – só é possível através do instrumento de troca, que é o dinheiro. A aquisição de bens e serviços destinada ao atendimento das necessidades humanas só pode se realizar por meio deste instrumento de troca. Ademais, uma das principais fontes de rendimento – renda – dos indivíduos, isto é, de obtenção de renda para aquisição de bens e serviços destinados à satisfação das suas necessidades, é o dinheiro.

No caso do Brasil, segundo as estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Síntese de Indicadores Sociais 2017 – entre as fontes dos rendimentos reais efetivos dos arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares, o trabalho respondia no país por 73,8%, no Nordeste 77,1%, no Norte 67,4%, no Sudeste 75,0%, no Sul respondia por 73,3% e na região Centro-Oeste alcançara 77,8%. Assim, o suprimento das necessidades da maior parte da população brasileira, naquele mesmo ano, dependia do trabalho enquanto principal fonte de rendimentos. Em se tratando da força de trabalho, convém assinalar que suas necessidades não se limitam apenas aquelas consideradas essenciais.

O trabalho como processo consiste nas energias da inteligência de uma pessoa envolvida na produção. Trabalho como mercadoria consiste num objeto produzido para ser vendido – neste caso, a “força de trabalho”, a capacidade de trabalho de um operário. O preço norma de mercado da mercadoria trabalho é um salário que consentirá que a mercadoria seja regularmente produzida – isto é, um salário suficiente para permitir que o trabalhador, que possui uma capacidade de trabalho e a vende no mercado, consiga um padrão de vida razoável (HEILBRONER, 1988, p. 53).

Ora, considerando o fato de que o suprimento das necessidades físicas e intelectuais da força de trabalho, depende em grande medida do próprio trabalho como fonte geradora de rendimento, ou seja, do salário, de acordo com o seu respectivo valor expresso em moeda corrente, as necessidades e o padrão de vida, são para alguns mais sofisticados, enquanto para outros, são mais simples.

À medida que o homem trabalha para satisfazer suas necessidades, o homem se organiza de forma tal que pode criar, ao mesmo tempo que necessidades e condições de vida cada vez mais sofisticadas para alguns, condições de vida e, portanto, necessidades cada vez mais ‘simples’ para outros, de forma que as necessidades existentes num determinado momento histórico podem ser, e frequentemente o são, para alguns homens pelo menos um ‘retrocesso’, fazendo com que estes possam ser colocados, em casos extremos, abaixo dos animais, numa escala evolutiva (ANDERY; SÉRIO, 1999, p. 407).

De acordo com a Teoria Econômica, consumo e poupança variam em função do nível de renda, isto é, quanto menor a renda, maior a proporção da mesma a ser destinada para consumo e menor – ou nula – a proporção destinada à poupança, contudo, quanto maior a renda, menor porcentagem dela será consumida e maior porcentagem será destinada à poupança. Assim, para os indivíduos/famílias portadoras de renda alta, as suas necessidades são mais

sofisticadas, bem como, também são, suas respectivas condições de vida. Em sentido oposto, indivíduos/famílias cuja renda é baixa, consomem em valores absolutos, menos que o grupo anterior – embora percentual elevadíssimo da renda seja gasto em consumo – além disto, quase não dispõem de recursos destinados à poupança e ao investimento, suas condições de vida e necessidades são mais simples e limitadas, conquanto determinadas necessidades, muito provavelmente, ainda não foram supridas.

Eis aqui uma questão deveras preocupante, qual seja, aquela pertinente à privação das necessidades, pois, a situação no Brasil ainda é grave, sobretudo pelo fato de que a economia do país mergulhou a partir de 2015 num quadro recessivo inaudito. Apesar da redução do estoque de pobres – principalmente nos dois mandatos do governo petista Lula –, a situação de milhares de brasileiros ainda continua apontando para a existência de considerável contingente de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

[...] O Brasil permanece um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda e abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. A tendência recente é ainda mais preocupante, com projeções do Banco Mundial de até 3,6 milhões de pobres a mais até o final de 2017 (OXFAM, 2017, p. 12).

Ocorre que até antes da economia brasileira ingressar numa conjuntura recessiva, os avanços obtidos na área social, foram, em grande medida, provenientes das políticas sociais de transferência de renda, da política de valorização do SM e da redução da taxa de desemprego que aumentou substancialmente o grau de formalização do mercado de trabalho. Assim, o efeito destas medidas acrescido do aumento do emprego formal, contribuiu decisivamente para a diminuição da pobreza e da indigência no país, ao mesmo tempo que reduziu a desigualdade de renda.

Há muitas evidências que apontam o mercado de trabalho como principal fator da recente redução da desigualdade de renda no Brasil. A queda acentuada do desemprego, somada ao aumento da formalização do trabalho e da valorização real do salário mínimo aumentaram substancialmente a renda da base da pirâmide. Isto provocou o deslocamento de um amplo grupo social, de uma condição de pobreza ou quase pobreza para uma condição de vida relativamente melhor (ainda que distante da alta classe média da base dos 10% mais ricos) (OXFAM, 2017, p. 66).

Dito isto, fica ainda mais evidente a importância do trabalho – principalmente do emprego formalizado – bem como da política de valorização do SM e das políticas de transferência de renda, como instrumentos de políticas públicas capazes de promoverem uma melhor distribuição de renda, redução da desigualdade da pobreza, além de proporcionar melhores condições de vidas às populações carentes, suprimindo suas necessidades vitais. Pois, assim como salienta Sen (2000), a renda tem um papel instrumental na promoção do desenvolvimento de um país, sendo responsável, direta, por engendrar melhores condições de agentes sociais aos indivíduos/famílias, portanto, responsável por promover a capacidade de cada indivíduo/família contribuir neste processo.

Todavia, devemos ainda considerar que no processo de produção, o trabalhador dispense energias – esforço físico – e inteligência – esforço intelectual –, conforme argumentara anteriormente Heilbroner (1988), razão pela qual, seu salário deve ser suficiente para suprir essas necessidades. Por sua vez, em se tratando do esforço intelectual envolvido no processo de produção, não seria repetitivo destacar o papel do capital humano, ou ainda, da educação.

Se a educação torna uma pessoa mais eficiente na produção de mercadorias, temos então claramente um aumento do capital humano. Isso pode crescer o calor da produção na economia e também a renda da pessoa que recebeu educação. [...]. Os benefícios da educação, portanto, excedem seu papel como capital humano na produção de mercadorias. [...]. Se uma pessoa pode se tornar mais produtiva na geração de mercadorias graças a melhor educação, saúde, etc., não é estranho esperar que por esses meios ela possa, também diretamente, realizar mais – e ter a liberdade de realizar mais – em sua vida (SEN, 2000, p. 332-333).

Assim, com base nos argumentos de Sen (2000), é cabível admitir que não basta apenas a educação para aumentar o capital humano, tendo em vista que outros fatores são do mesmo modo também imprescindíveis, tais como a saúde, as condições de moradia que envolvem os serviços de distribuição de água potável, energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário, equipamentos sociais, transporte coletivo e outros. Contudo, para suprir as suas necessidades essenciais – moradia, alimentação, transporte, educação, saúde, etc. – o trabalhador necessita receber um salário que seja suficiente para atender-las, além do que, o seu preço não deveria oscilar abaixo do preço necessário.

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como um quantum determinado de dinheiro para por um quantum determinado de trabalho. Fala-se aqui do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de seu preço necessário ou natural. Por outro lado, fala-se dos preços de mercado do trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo ou acima de seu preço necessário (MARX, 1997, p. 165).

Entre outros motivos, os preços de mercado do trabalho, isto é, os salários, oscilam em virtude dos movimentos de expansão e de contração da economia, típicos das economias de mercado, razão pela qual, o nível de atividade econômica, por conseguinte, o nível de emprego, acompanham aqueles mesmos movimentos. Por outro lado, os preços dos bens e serviços também se movimentam para cima e para baixo, sinalizando aumento ou diminuição do poder de compra dos trabalhadores. Assim, a movimentação dos preços das mercadorias e dos serviços, tanto pode melhorar as condições de vida e beneficiar os trabalhadores no atendimento de suas necessidades, como, em sentido oposto, pode piorar as condições de vida e dificultar o suprimento de suas necessidades.

Convém ainda assinalar em se tratando da força de trabalho mal remunerada no Brasil que,

[...], esta massa de trabalhadores não consegue se apropriar de fatia satisfatória da renda porque a estrutura econômica implantada no país fez da maioria dos brasileiros uma ‘oferta de força de trabalho abundante’, portanto, uma força de trabalho comprada a baixo do preço (MERESSI, 2016, p. 222).

Contudo, não foi apenas a oferta elástica de mão-de-obra que contribuiu para que no país os salários pagos aos trabalhadores fossem baixos. Vale relembrar, que o Brasil permaneceu durante mais de quatro séculos na divisão internacional do trabalho como país produtor e exportador de produtos primários, motivo pelo qual, sua industrialização ocorreu tardiamente.

Em que pese todos os esforços, tanto dos governos, como dos empresários, a indústria que se instalou no país não foi projetada para competir internacionalmente, mas, sim, para atender a demanda doméstica advinda de uma minoria da população detentora de renda alta. Por este motivo, como fonte de crescimento da economia pelo lado da demanda, o setor externo,

isto é, as exportações, respondem por reduzido percentual, conquanto o consumo das famílias, ainda continua sendo o principal protagonista.

Na realidade, tendo em vista que as exportações têm um peso relativamente pequeno na composição do PIB brasileiro (cerca de 11,5% em 2014), a especialização das exportações do país em recursos naturais talvez não fosse um problema, do ponto de vista econômico, se houvesse, na economia nacional como um todo, uma estrutura produtiva diversificada com elevada participação de setores intensivos em tecnologia na matriz industrial. (MERESSI, 2016, p. 210).

Por sua vez, considerando o valor adicionado e a ocupação da força de trabalho na indústria de transformação em 2009, o citado autor constatara que

[...], quando se analisa apenas a indústria de transformação, observa-se a predominância dos segmentos de baixa e média baixa intensidade tecnológica, que juntos representaram 62,5% de todo valor adicionado na indústria de transformação brasileira, ao passo que os segmentos de alta e média alta tecnologia foram responsáveis por 37,5%. Quanto à participação dos segmentos no total da ocupação da força de trabalho na indústria de transformação, os setores de baixa e média baixa tecnologia responderam por 82,1% das ocupações, enquanto os de alta e média alta tecnologia foram responsáveis por 17,9% (MERESSI, 2016, p. 214).

Nos últimos sessenta anos dois movimentos interessantes ocorreram na estrutura da economia brasileira. Entre as décadas de 1940 até a de 1980, a participação da indústria de transformação no PIB experimentou nítido movimento de expansão, posto que, de 19,8% em 1947, alcançara o seu apogeu em 1985 com uma participação de 35,9%. No mesmo período, o setor de serviços sofreu ligeiro recuo, de 55,6% em 1947, passou a responder por 52,9% do PIB em 1985. Daí em diante, enquanto a participação da indústria de transformação passou a experimentar contínuo movimento descendente, os serviços, ao contrário, só expandiram, haja visto que, em 2018, a indústria de transformação respondia somente por 11,3% do PIB e os serviços alcançaram 73,3%.

Neste contexto histórico, observa-se que as políticas públicas implementadas pelos governos não foram capazes de fomentar condições para que a população brasileira, em geral, pudesse desenvolver capacidade de contribuir, socialmente e economicamente, com eficácia para o desenvolvimento da nação. Por sua vez, os empresários, por diversas razões, não foram capazes de fomentar um mercado interno fortalecido, que em teoria, poderia dar base de sustentação para seu desenvolvimento tecnológico e competitivo. Razão pela qual, as políticas públicas de SM, apresentam sua importância nas estratégias de desenvolvimento.

4 A PESQUISA: INDICADORES DO TRABALHO, DA RENDA E DA CONDIÇÃO DE AGENTE NO BRASIL

De acordo com os dados oficiais do IBGE – conforme observamos anteriormente –, mais de 70% dos rendimentos reais efetivos dos arranjos domiciliares em domicílios particulares no Brasil, eram provenientes do trabalho. Assim, é inquestionável a importância representada pelo emprego formal como fonte geradora de renda, notadamente para as populações mais carentes e de renda baixa. Contudo, no Brasil, o mercado de trabalho teve um desempenho extremamente favorável de 2003 até por volta de 2014, daí em diante, a taxa de desemprego de 6,7% em 2014, subiu para 12,9% em 2017. Ademais, o número de pessoas de

14 anos ou mais de idade desocupadas passou de mais de 7 milhões em 2012, para mais de 13 milhões em 2017, ou seja, quase que dobrou – de acordo com as estatísticas da PNAD contínua.

As estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) mostram que entre admitidos e desligados, o saldo acumulado de 2015 a 2017, contabilizou uma perda de 2.895.829 empregos no país. Entre os anos de 2014 a 2017, a indústria de transformação acumulou um saldo negativo de 1.120.544 empregos, ou seja, 38,6% do total de empregos eliminados naquele período. Do mesmo modo, o setor de construção civil no mesmo período acumulou saldo negativo de 991.821 empregos. Os setores de comércio e serviços foram menos afetados pelo movimento recessivo da economia brasileira, mesmo porque, somente no ano de 2016 o resultado entre admitidos e desligados foi negativo.

Outro aspecto negativo relacionado ao mercado de trabalho formal no país, diz respeito à movimentação entre os empregados admitidos e desligados – demitidos – por faixa salarial nominal mensal. De acordo com as estatísticas do trabalho, notadamente as informações procedentes do RAIS/MTE, constatou-se que a quantidade de trabalhadores admitidos com salários mais baixos superou a quantidade de trabalhadores com salários mais altos. Adotando como referência o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2017, São Paulo como a Unidade da Federação (UF) e os serviços como grande setor da atividade econômica, temos a seguinte situação:

Quadro 1 – São Paulo número de admitidos e desligados nos serviços – Jan a Dez de 2017

Faixa de Salário Mensal	Admitidos/Desligados	
	Admitidos	Desligados
Até 0.50	11.917	11.150
0.51 a 1.0	183.759	158.254
1,01 a 1.5	1.056.191	980.788
1.51 a 2.0	374.444	391.467
2.01 a 3.0	215.656	235.870
3.01 a 4.0	69.694	84.003
4.01 a 5.0	34.136	43.440
5.01 a 7.0	37.091	47.097
7.01 a 10.0	23.501	32.531
10.01 a 15.0	14.259	21.276
15.01 a 20.0	4.822	8.499
Mais de 20.0	5.151	10.090
Total	2.030.621	2.024.465

Fonte: Rais/Mte – Caged Estatístico

De acordo com os números do quadro 1, pudemos constatar que entre janeiro e dezembro de 2017, no setor de serviços o saldo entre admitidos e desligados foi de 6.156 empregos. Enquanto na faixa salarial mensal de 0,50 a 1,5 salários mínimos o saldo ficou positivo em 101.675 empregos, nas demais faixas, o resultado acumulado ficou negativo em 95.519 empregos. No mesmo intervalo de tempo, diferentemente do setor de serviços, a indústria em São Paulo demitiu mais que admitiu.

Quadro 2 – São Paulo número de admitidos e desligados na indústria – Jan a Dez de 2017

Faixa de Salário Mensal	Admitidos/Desligados	
	Admitidos	Desligados
Até 0.50	2.987	3.146
0.51 a 1.0	19.159	15.328
1,01 a 1.5	281.926	243.556
1.51 a 2.0	217.757	209.198
2.01 a 3.0	86.657	111.900
3.01 a 4.0	28.017	42.249
4.01 a 5.0	11.866	20.462
5.01 a 7.0	11.090	20.958
7.01 a 10.0	6.857	13.195
10.01 a 15.0	4.164	9.225
15.01 a 20.0	1.509	3.343
Mais de 20.0	1.739	3.943
Total	673.728	696.503

Fonte: Rais/Mte – Caged Estatístico

No caso da indústria paulista, o total de admitidos menos o total de desligados no período em tela, produziu um saldo negativo de 22.775 empregos. No entanto, nas faixas salariais de 0,50 até 1,51 a 2,0 salários mínimos, o saldo entre admitidos menos desligados ficou positivo somando 50.601 empregos. Assim, além da alta taxa de desemprego vigente no país, a movimentação de trabalhadores admitidos e desligados nos dois grandes setores da economia – indústria e serviços – entre janeiro de dezembro de 2017, registrou comportamento pouco favorável do mercado de trabalho, pois, trabalhadores com salários mais altos estavam sendo substituídos por trabalhadores com salários mais baixos.

Não bastasse esta situação de desemprego e de trabalhadores contratados com salários mais baixos, quando examinamos outros dados estatísticos, verificamos ainda que a desigualdade de renda continua sendo um dos traços marcantes da sociedade brasileira. As classes de rendimento mensal domiciliar de 1 SM até mais de 2 a 3 SM, respondiam juntas por 57% do total de domicílios. Incluindo a classe de rendimento de mais de 3 a 5 SM, aquele percentual de 57% salta para 78%, ou ainda, quase 80 % dos domicílios particulares no Brasil detinham rendimento médio mensal oscilando entre o mínimo de R\$ 592,00 e o máximo de R\$ 3.031,00.

Quadro 3 – Brasil, domicílios particulares e rendimento médio mensal domiciliar - 2015

Classes de Rendimento Mensal Domiciliar	Domicílios Particulares (em Mil)	Valor do rendimento Mensal (R\$)
Até 1 S.M.	9.645	592,00
De 1 a 2 S.M.	16.340	1.225,00
De 2 a 3 S.M.	12.050	1.958,00
De 3 a 5 S.M.	13.574	3.031,00
De 5 a 10 S.M.	9.937	5.332,00
De 10 a 20 S.M.	3.418	10.542,00
Mais de 20 S.M.	1.243	25.230,00
Total	66.207	3.164,00

Fonte: PNDA/IBGE, elaboração dos autores.

* os números referem-se ao total da área urbana e rural

Considerando o SMN calculado pelo DIEESE – cujo valor médio teria alcançado em 2015 a cifra de R\$ 3.318,56 – seria admissível com base nos dados da PNAD também referentes

ao ano de 2015, afirmar que aproximadamente 80% dos domicílios particulares no Brasil tinham rendimento médio mensal inferior ao SMN. Retornando aos dados do RAIS/MTE pertinentes à remuneração média mensal por setor e por área geográfica dos postos de trabalho formal com vínculo ativo, constata-se que nos oito grandes setores de atividade econômica, na região Sudeste, do ano de 2000 até 2017, a remuneração média em quantidade de salários mínimos descreveu nítido movimento de queda. A exceção da atividade extrativa mineral, todos os demais grandes setores da economia registraram diminuição da remuneração média mensal em salários mínimos no comparativo do ano de 2000 com o ano de 2017 na região Sudeste, conforme demonstrado no quadro 4.

Quadro 4 – Região Sudeste remuneração média mensal em quantidade de SM: 2000 e 2017

Setor	Remuneração Média Mensal em Salários Mínimos	
	2000	2017
Extrativa Mineral	6,54	7,58
Indústria de Transformação	5,84	3,32
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9,95	4,66
Construção Civil	4,16	2,49
Comércio	3,50	2,21
Serviços	5,85	3,12
Administração Pública	7,09	4,36
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	2,19	1,82

Fonte: RAIS/MTE, elaboração dos autores.

Entre o salário necessário para atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e as de sua família, tais como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, e o Salário Mínimo Vigente (SMV), constata-se uma defasagem média de -75,5%, ou seja, neste intervalo de 8 anos o SMV satisfaz apenas 24,5% das necessidades básicas calculadas para SMN.

Quadro 5 – Brasil, Salário Mínimo, Salário Mínimo Necessário e Defasagem (em R\$): 2010 a 2018

Ano	Salário Mínimo	Salário Mínimo Necessário	Defasagem
2010	510,00	2.107,39	-75,8%
2011	542,50	2.262,05	-76,0%
2012	622,00	2.480,14	-74,9%
2013	678,00	2.720,16	-75,1%
2014	724,00	2.861,88	-74,7%
2015	788,00	3.318,56	-76,3%
2016	880,00	3.825,73	-77,0%
2017	937,00	3.698,17	-74,7%
2018	954,00	3.856,61	-75,3%

Fonte: DIEESE, elaboração dos autores.

Portanto, no período entre 2010 e 2018 o SMV ficou em média 4 vezes abaixo do SMN, indicando a possibilidade de algumas restrições no atendimento de determinadas necessidades para aqueles indivíduos e/ou famílias com rendimento de até 1 SM. Na sequência, examinamos no quadro 6 o valor do SMN, comparativamente ao valor da remuneração média mensal nominal nos grandes setores da economia da região Sudeste., quando então, pudemos observar que, à exceção dos setores de extração mineral, serviços industriais de utilidade pública (SIUP)

e da administração pública, os demais setores apresentaram remuneração média mensal nominal abaixo do SMN.

Quadro 6 – Região Sudeste segundo a remuneração média mensal nominal e valor do salário mínimo necessário nos grandes setores da atividade econômica – 2017

Setor	Remuneração Nominal Média Mensal (R\$)	Salário Mínimo Necessário (R\$)
Extrativa Mineral	7.113,21	3.698,17
Indústria de Transformação	3.120,71	
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4.277,13	
Construção Civil	2.341,87	
Comércio	2.077,89	
Serviços	2.953,64	
Administração Pública	4.093,35	
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.712,24	

Fontes: RAIS/MTE e DIEESE, elaboração dos autores

Outro dado importante é que mesmo antes da economia brasileira mergulhar numa conjuntura recessiva e a taxa de desemprego voltar a aumentar, em 2015 mais de 91% das pessoas de 15 anos ou mais de idade auferiram rendimento médio mensal inferior ao SMN cujo valor médio era de R\$ 3.318,56.

Quadro 7 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal por classes de rendimento - 2015

Classe de rendimento mensal	Total de Pessoas com 15 anos ou mais de idade	Valor do rendimento médio Mensal (R\$)
Até 1/2 S.M.	12.047	199,00
De 1/2 a 1 S.M.	31.671	718,00
De 1 a 2 S.M.	42.692	1.152,00
De 2 a 3 S.M.	15.105	1.923,00
De 3 a 5 S.M.	10.797	2.950,00
De 5 a 10 S. M.	6.956	5.162,00
De 10 a 20 S.M.	2.407	10.479,00
Mais de 20 S. M.	708	24.477,00
Total*	122.383	1.337,00

Fonte: PNAD/IBGE, elaboração dos autores.

* Não foram consideradas as pessoas de 15 anos ou mais de idade sem rendimento e sem declaração

Em se tratando da relação entre a renda e acesso aos alimentos, o trabalho doutoral de Meressi (2016), teve como objeto de estudo, examinar o SM e a satisfação de necessidades vitais básicas no Brasil, entre os anos de 2004-2013. No que tange à relação renda com aquisição de alimentos, notadamente os residentes em domicílios particulares com rendimento de 1 SM, destacamos duas situações.

A primeira, diz respeito aos moradores que tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar mais comida.

[...], a existência dessa preocupação pode acarretar o consumo de alimentos mais baratos, com alta densidade calórica e baixa qualidade nutricional, podendo levar à insegurança alimentar e nutricional, ao sobrepeso, à obesidade e a outras enfermidades. [...], entre os indivíduos cujas famílias viviam com um salário mínimo,

constata-se expressiva melhoria desse cenário entre 2004 e 2013 (MERESSI, 2016, p. 153).

Esta situação, embora específica para indivíduos cujas famílias se sustentavam com apenas 1 SM, em alguma medida, se assemelhava àquela descrita por Nurkse (1952) referente ao círculo vicioso da pobreza, situação na qual “[...], um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer, sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, [...]” (MYRDAL, 1972, p. 32). A segunda situação que destacamos procurou saber se, os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

[...], observa-se que entre as famílias que viviam com um salário mínimo, o percentual de domicílios que vivenciavam essa restrição alimentar qualitativa caiu de 41,1% em 2004 para 19,2% em 2013. Isto fornece fortes indicativos de que a valorização real do salário mínimo nos últimos anos proporcionou melhorias na qualidade dos alimentos presentes em boa parte dos domicílios, haja visto a estreita relação direta entre a renda e acesso aos alimentos (MERESSI, 2016, p. 157).

Como podemos verificar, uma alimentação adequada, além de contribuir para a prevenção de enfermidades, é deveras importante, tanto para melhorar a capacidade de trabalho, como para melhorar a capacidade de aprendizagem, que por sua vez, favorece o desenvolvimento intelectual do indivíduo, logo, da força de trabalho.

De 2005 até 2015, o SMV foi corrigido acima da inflação – medida pelo INPC –, resultando desta forma em ganho real, contudo de 2016 até 2018, ao contrário a correção resultou em perda de -0,10% em 2017 e de -0,25% em 2018. Em 2019, sua correção foi de apenas 1,14%. Para os indivíduos cujas famílias recebiam até 1 SM – de acordo com os números da PNAD/2015, 10.728 famílias residentes em domicílios particulares recebiam até 1 salário mínimo – a renda baixa os torna dependentes dos serviços públicos, principalmente dos serviços de educação e saúde. Ora, o que se pode esperar daqui em diante das políticas sociais, quando a PEC dos gastos do governo federal lhe impõe severa contenção dos gastos até nas áreas da educação e da saúde e a política de valorização do SM deixou de existir?

Finalmente, ainda que de forma bem sucinta e defasada, examinamos no quadro 8 a despesa monetária média mensal familiar segundo as classes de rendimento e tipos de despesa selecionados de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009. Segundo o IBGE, o termo família foi utilizado no caso da POF para indicar a unidade de investigação da pesquisa, isto é, a unidade de consumo. O universo da pesquisa registrou um total de 57.816.604 famílias que foram distribuídas em sete classes de rendimento total mensal. No extrato inferior com rendimento mensal de até R\$ 830,00 foram computadas 12.503.385 famílias, já no extrato superior encontravam-se 2.204.938 famílias com rendimento mensal de mais de R\$ 10.375,00.

Quadro 8 – Brasil segundo despesa monetária média mensal familiar e tipos de despesa por classe de rendimento total (R\$) – 2008-2009

Tipos de Despesa	Classes de Rendimento Total	
	Até R\$830,00	Mais de R\$ 10.375
Alimentação	207,15	1.198,14
Aluguel	130,60	1.244,77
Energia Elétrica	26,21	169,18
Telefone Fixo	4,91	69,02

Telefone Móvel	5,84	133,47
Gás doméstico	15,77	30,88
Água e Esgoto	11,71	51,69
Vestuário	40,43	454,70
Transporte	28,16	89,16
Higiene Pessoal	20,60	146,29
Assistência à Saúde	40,80	787,32
Educação	6,83	409,31
Serviços Pessoais	5,60	108,93
Manutenção do Lar	26,43	682,52
Impostos	10,31	1.407,82
Previdência Privada	0,04	77,65
Total de Despesas	581,39	7.060,85
Número de Famílias	12.503.385	2.204.938

Fonte: IBGE/POF, elaboração dos autores.

* Total de despesas refere-se às despesas considerada no quadro 7

Para as famílias com rendimento de até R\$ 830,00 mensais, as despesas com alimentação representavam 27,8% da despesa total, o que equivalia a R\$ 207,15. Em conjunto, as despesas mensais com alimentação, aluguel, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, gás doméstico, água e esgoto e transporte urbano somavam R\$ 430,35 mensais, ou seja, 57,7% da despesa total. Em relação às famílias com rendimento total mensal de mais de R\$ 10.375,00, as despesas com alimentação de R\$ 1.198,14 mensais, significavam apenas 8,49% da despesa total, conquanto o mesmo conjunto anterior de despesa para este extrato de rendimento familiar alcançara o equivalente a R\$ 2.986,31 ou 21,18% da despesa total.

As famílias com rendimento de até R\$ 830,00, aparentemente deveriam apresentar algum tipo de restrição, sobretudo com a aquisição de alimentos, mesmo porque, para as famílias pertencentes a esta mesma classe de rendimento, o grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento, registrou para o total das famílias, em porcentagem muita dificuldade (34,5%), dificuldade (28,6%) e com alguma dificuldade (27,4%). Além disto, os números da POF – 2008-2009 – revelaram que do total de gastos com alimentação mensal (R\$ 207,15), 78% concentravam-se na aquisição de cereais, arroz, vísceras e pescados, aves e ovos, frango, leites e derivados, panificados e alimentação fora do domicílio. Assim, no caso específico destas famílias, é cabível admitir, que, muito provavelmente, os alimentos por elas adquiridos não alcancem o valor calórico e nutricional adequado, o que acabaria comprometendo a sua saúde e até mesmo seu desempenho intelectual.

5. REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE AGENTE SOCIAL NO BRASIL

Conforme apresentado no quadro 5, em um período de oito anos no Brasil observou-se uma defasagem econômica média de 75,5% em relação ao SMV e o SMN, isto é, as famílias/indivíduos que recebiam até 1 SM apresentaram capacidade financeira para realizar apenas 24,5% de suas necessidades básicas. Tomando por base os dados oficiais disponibilizados para o ano de 2015, sobre o número de domicílios particulares por rendimento médio mensal, e a defasagem da renda em relação ao atendimento das necessidades básicas calculadas pelo DIEESE para SMN, podemos observar no quadro 9, que em relação aos domicílios brasileiros: a) 39,2% eram capacitados a realizar em média 30% de suas

necessidades; b) 38,7% satisfaziam em média 70% das necessidades básicas; c) apenas 22% obtiveram renda superavitária, isto é, obtiveram renda superior ao valor necessário para satisfazer as necessidades básicas, dando possibilidades para poupança e/ou investimento.

Quadro 9 – Percentual de domicílios por rendimento domiciliar médio e defasagem média para o atendimento das necessidades básicas – Brasil 2015.

Classes de Rendimento Mensal Domiciliar	% Domicílios Particulares	Defasagem média em relação às Necessidades Básicas
Até 1 S.M.	14,6%	75,50%
De 1 a 2 S.M.	24,7%	63,25%
De 2 a 3 S.M.	18,2%	38,75%
De 3 a 5 S.M.	20,5%	20,50%
De 5 a 10 S.M.	15,0%	superávit
De 10 a 20 S.M.	5,2%	superávit
Mais de 20 S.M.	1,9%	superávit

Fonte: PNAD/IBGE; DIEESE, elaboração dos autores.

* Média aritmética simples da relação entre o SM e defasagem em relação ao valor necessário para realizar as necessidades básicas.

Desta maneira percebe-se que aproximadamente 40% das famílias/indivíduos brasileiros enfrentavam dificuldades para galgarem melhores condições de agente social, pois, com capacidade econômica de atender aproximadamente 30% de suas necessidades básicas, muito provavelmente, não puderam acessar educação e nutrição adequada para buscar posições de trabalho de maior remuneração. Outros 38% da população estavam habilitados a atender 70% destas mesmas necessidades e, assim, tiveram alguma chance de acessar condições de educação e nutrição adequada para competir com melhores condições no mercado de trabalho e, apenas 22% estavam habilitados a acessar boas condições para galgarem postos de trabalho com níveis de renda que permitam até mesmo pouparem recursos para possíveis investimentos.

Outra observação que destacamos, é em relação à capacidade de expansão do mercado consumidor interno, pois, estes mesmos 40% da população que conseguem suprir apenas 30% de suas necessidades, em teoria, podem contribuir para o crescimento do PIB consumindo bens e serviços que a renda defasada não permite. Soma-se a isto 38% da população com capacidade de expandir o consumo em aproximadamente 30%. Contudo, o aproveitamento destas possibilidades não depende apenas de uma mudança na política pública de SM, pois deve estar combinada com: políticas de investimento industrial; políticas fiscais; políticas de comércio exterior; entre outras, para que o país possa efetivar estas possibilidades.

Não menos importantes, as políticas educacionais e o sistema público de educação, como via de acesso para a população carente, pode contribuir para fomentar condições de agente social, dando maior nível de autonomia para os brasileiros. Apesar de não ser o foco de nossas observações, cabe destacar a necessidade de um sistema educacional público de qualidade, desde o ensino fundamental, até os níveis de educação superior, como estratégia para o desenvolvimento de condições sociais capazes de fomentar o desenvolvimento do país, como fora observado nas estratégias de desenvolvimento do Japão e dos Tigres Asiáticos. Em certa medida, estas ações governamentais podem contribuir para melhorar o nível de renda das famílias e/ou indivíduos brasileiros, como fora observado no exemplo histórico destes países.

Assim, o desafio do desenvolvimento brasileiro perpassa, no mínimo, pelas famílias de baixa renda em sua luta para melhorar suas condições econômicas, pelas corporações/empresas

em busca da rentabilidade que proporcione condições para pagar níveis mais elevados de salários e, pelos governos que implementam políticas públicas, que em última instância, dinamizam as relações entre as famílias/indivíduos e as corporações/empresas, ou seja está diretamente relacionado à condição de agente de cada brasileiro. No cenário brasileiro contemporâneo, esta condição está condicionada às decisões governamentais, destacando as políticas de educação e renda, portanto, em última instância estão sob a responsabilidade dos governos de cada período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A combinação do esforço físico e intelectual – trabalho – com os instrumentos de trabalho resulta da transformação dos recursos naturais – objeto – em produto, isto é, nos bens e serviços destinados ao suprimento das necessidades humanas. Nas sociedades em que prevalece a economia de mercado, a aquisição de bens e serviços, devido a monetização da economia, efetua-se através do principal instrumento de troca, qual seja, a moeda, a qual, por sua vez, entre outras fontes, é obtida sob forma de remuneração do trabalho realizado pelos trabalhadores, isto é, os salários.

No Brasil, segundo as estatísticas oficiais (IBGE), constatou-se que a mais expressiva fonte de rendimento, tanto individual como familiar advém do trabalho. Não bastasse o fato de no Brasil a renda ainda ser muito concentrada nas mãos de poucos, soma-se à elevada taxa de desemprego ainda prevalecente no país, um comportamento deveras preocupante do mercado de trabalho, qual seja, a contratação em maior volume de trabalhadores com salários mais baixos e a demissão de trabalhadores com salários mais altos.

Ademais, quando comparamos o SMV no país definido pelas políticas públicas governamentais, com o SMN calculado pelo DIEESE, constatamos uma enorme diferença entre ambos, sinalizando para as famílias cujo rendimento mensal equivale a um SM a possibilidade de existir algum tipo de restrição para o suprimento de suas necessidades básicas vitais como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Convém ainda assinalar que o salário dos trabalhadores, inclusive o SM, são reajustados anualmente, enquanto os preços dos bens e serviços são majorados com maior frequência, deteriorando desta forma o real poder de compra dos assalariados principalmente.

Enfim, para as famílias/indivíduos de renda baixa, se a aquisição mensal de alimentos apresenta algum tipo de restrição, o que pensar então dos gastos destinados à saúde, educação e previdência social, isto é, como estas famílias/indivíduo podem investir recursos para melhorar suas condições de vida e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento do fluxo comercial e produtivo de suas 3 regiões específicas, como de todo o mercado interno brasileiro. Portanto estão condicionadas, em certa medida, às decisões governamentais aplicadas através das políticas públicas, para que possam galgar condições de contribuir, tanto para o desenvolvimento regional, como do país como um todo.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), aos incentivos dados à pesquisa acadêmica através do Programa de Demanda Social (DS) cujo financiamento através de bolsa de estudos em nível superior proporcionou condições para o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amélia Pie Abib; SÉRIO, Tereza Maria Azevedo Pires. A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx. In.: ABIB, Maria Amélia Pie et al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 8 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo ; São Paulo: EDUC, 1999.

BRASIL. Ministério Do Trabalho. **RAIS/MTE**: Relatório Anual de Informações Sociais (CAGED ESTATÍSTICO).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIAIS (DIEESE).

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HEILBRONER, Robert. **A natureza e a lógica do capitalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kotte. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

MERESSI, Fernando Sertã. **Salário mínimo e satisfação de necessidades vitais básicas no Brasil (2004-2013)**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2016.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3 ed. Tradução de N. Palhano. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras, set. 2017. Disponível em: www.oxfam.org.br Acesso em: 03. jun. 2019

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.